A tendência de transformações regionais avança e a América Latina busca se reconfigurar: serão novos os desafios ou fantasmas do passado têm assombrado novos líderes?

La tendencia hacia las transformaciones regionales sigue avanzando y América Latina busca reconfigurarse: ¿se trata de nuevos retos o son los fantasmas del pasado los que acechan a los nuevos líderes?

The trend toward regional transformation continues, and Latin America is seeking to reinvent itself: Are these new challenges, or are ghosts from the past haunting the new leaders?

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A formação de uma nova conjuntura da América Latina tem movimentado as condições de governo e governança na região. A agenda securitária, crise econômica e social e alinhamento com os Estados Unidos estão na pauta da região. Governos na Colômbia, no Peru e no Equador aprofundam o alinhamento à política securitária estadunidense. Governos como o do Equador e o da Argentina precisaram renegociar decisões a partir da pressão popular. No cenário de saúde, os números da dengue e do sarampo preocupam e fortalecem a necessidade de iniciativas regionais. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de agenda representante do Parlamento Andino; a Secretária Executiva do Conselho de Ministros da SICA participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *La configuración de un nuevo panorama en América Latina ha alterado las condiciones de gobierno y gobernanza en la región. La agenda de seguridad, la crisis económica y social y el alineamiento con Estados Unidos están en el orden del día de la región. Los gobiernos de Colombia, Perú y Ecuador profundizan su alineamiento con la política de seguridad estadounidense. Gobiernos como los de Ecuador y Argentina se vieron obligados a renegociar decisiones debido a la presión popular. En el ámbito de la salud, las cifras de dengue y sarampión son motivo de preocupación y refuerzan la necesidad de iniciativas regionales. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en una agenda en representación del Parlamento Andino; la Secretaria Ejecutiva del Consejo de Ministros de la SICA participó en reuniones sobre integración regional, seguridad sanitaria e inseguridad alimentaria, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) llevó a cabo su agenda en los temas de cantidad y calidad del agua y equidad de género.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *The emergence of a new political landscape in Latin America has been reshaping the conditions of government and governance in the region. The security agenda, economic and social crises, and alignment with the United States are at the forefront of the region's agenda. Governments in Colombia, Peru, and Ecuador are deepening their alignment with U.S. security policy. Governments such as those of Ecuador and Argentina have had to renegotiate decisions in response to public pressure. In the health sector, dengue and measles case numbers are cause for concern and underscore the need for regional initiatives. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in a meeting representing the Andean Parliament; the Executive Secretary of the SICA Council of Ministers participated in meetings on regional integration, public health security, and food insecurity; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) held meetings on water quantity and quality and gender equity.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Introdução

As últimas duas semanas mostram um aprofundamento de três tendências regionais: a centralidade da segurança e do combate ao crime organizado nas agendas governamentais; uma crescente polarização política, particularmente visível nos processos eleitorais do Brasil e nos novos governos da Colômbia e do Peru; e a persistência de crises sociais e de saúde ligadas à precariedade econômica, à violência, ao deslocamento e à deterioração dos serviços públicos.

Um elemento particularmente significativo é o reposicionamento dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe. A visita do Secretário de Estado Marco Rubio à Colômbia, ao Equador e ao Peru consolidou uma estratégia que combina segurança, combate ao narcotráfico, migração, comércio e competição geopolítica com a China. Essa visita reitera a tendência de maior alinhamento desses países andinos com Washington.

Enquanto isso, na política o Brasil vivencia uma disputa eleitoral profundamente marcada pela polarização entre Lula da Silva e Flávio Bolsonaro. No âmbito econômico, a Bolívia tem enfrentado dificuldades na implementação de seu programa econômico e em suas negociações com o FMI.

No âmbito social, a violência criminal continua a gerar deslocamentos em massa no Haiti e no Equador, enquanto Cuba enfrenta uma combinação particularmente grave de crises energéticas, alimentares, de saúde e educacionais.

Na área da saúde, este período confirma que os problemas de saúde não podem mais ser analisados separadamente da economia, da energia, da segurança e das mudanças climáticas. A dengue continua sendo uma ameaça regional e há uma crescente preocupação com o ressurgimento do sarampo, especialmente na América Central.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS POLÍTICAS

A segurança torna-se o foco principal da agenda hemisférica.

A visita de Marco Rubio à região se constituiu como um dos principais fatos geopolíticos do período e suscitou respostas nacionais. O tema do combate ao narcotráfico, no entanto, tem

extrapolado os limites do nacional e se configurado como instrumento de reorganização geopolítica hemisférica.

Na ***Colômbia***, o governo propôs tornar o país um parceiro hemisférico fundamental dos Estados Unidos em questões de segurança, com uma política mais agressiva contra o narcotráfico e maior cooperação em inteligência, equipamentos e treinamento[1].

Na ***Costa Rica***, a presidente Laura Fernández afirmou que operações militares americanas no país "*seriam muito benéficas para a segurança nacional*". No entanto, essa possibilidade não está sendo considerada no momento. "*Mas, obviamente, é algo que exigiria aprovação legislativa, e não há nada de concreto em andamento neste momento a respeito disso*.[2]"

No ***Equador***, Washington anunciou novos compromissos de assistência para a segurança e o combate à mineração ilegal, ao aliciamento de jovens e aos crimes financeiros. A cooperação contra organizações criminosas também foi reforçada[3,4]. Vale ressaltar que, recentemente, a Força-Tarefa Conjunta dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, em coordenação com o governo equatoriano, interceptou e afundou na quarta-feira um navio que supostamente operava como um posto de reabastecimento flutuante e era supostamente usado por Los Choneros, o grupo criminoso mais antigo do país andino[5].

---

[1] O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou durante sua visita à Colômbia que a relação de segurança entre os Estados Unidos e o país está se recuperando sob o governo do recém-empossado presidente de direita, ao iniciar uma série de visitas a países latino-americanos cujos líderes têm fortes ligações com o governo do presidente Donald Trump. Washington está intensificando seu engajamento em segurança com a região em questões como migração e narcotráfico, em um esforço para reafirmar a influência dos EUA na América Latina, região que tem visto forças americanas realizarem ataques letais contra pequenas embarcações suspeitas de transportar drogas, capturarem o líder venezuelano Nicolás Maduro e aumentarem a pressão econômica sobre Cuba, governada pelo Partido Comunista. https://www.reuters.com/world/americas/rubio-says-us-wants-wrap-trade-deals-with-colombia-peru-ecuador-soon-2026-09-08/

[2] https://www.nacion.com/politica/laura-fernandez-dice-operaciones-terrestres-de/3HZE4SV6WRD75GGLWWHCLQF5BU/story/

[3] O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, declarou durante uma visita ao Equador que buscaria um financiamento adicional de US$ 45 milhões para a segurança do país latino-americano, além de equipamentos adicionais, para ajudar no combate ao narcotráfico. O secretário de Estado americano se reuniu com o presidente equatoriano, Daniel Noboa, durante uma viagem por três países latino-americanos cujos líderes são aliados próximos do presidente dos EUA, Donald Trump, e dos esforços de sua administração para reafirmar a hegemonia americana na região. https://www.reuters.com/world/americas/rubio-says-he-will-seek-45-million-security-funding-ecuador-2026-09-09/

[4] https://www.radiopichincha.com/rubio-bombardeo-buques-ecuatorianos-operaciones-bilaterales/

[5] https://www.vistazo.com/actualidad/2026-09-02-ee-uu-ecuador-hunden-barco-presuntamente-utilizado-los-choneros-DC11203374

No ***Peru,*** o governo anunciou sua participação na Operação Escudo das Américas, aprofundando a cooperação em inteligência e operações contra organizações criminosas transnacionais[6,7].

Brasil: eleições sob extrema polarização institucional

O Brasil é a principal fonte de incerteza eleitoral na região. As pesquisas publicadas neste período mostram um cenário altamente competitivo entre Lula da Silva e Flávio Bolsonaro para um possível segundo turno. Essa polarização eleitoral coincide com uma crise no Supremo Tribunal Federal e com protestos de rua de apoiadores de Bolsonaro[8].

A crise no Supremo Tribunal Federal foi deflagrada após decisões conflitantes dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça em relação ao inquérito das Fake News. O presidente do Tribunal, Edson Fachin, interveio para suspender os efeitos de ambas as decisões e convocou uma sessão extraordinária[9].

Simultaneamente, o Brasil entrou na fase decisiva de seu processo eleitoral com uma combinação de polarização política, politização do judiciário e mobilização popular.

Dada a relevância política e econômica do Brasil na América Latina, a evolução desse processo também terá efeitos na agenda regional, particularmente em termos de integração, relações com os países vizinhos e posicionamento internacional do país.

---

[6] O Peru se unirá à coalizão "Escudo das Américas", liderada pelos Estados Unidos, contra os cartéis de drogas, anunciou a presidente Keiko Fujimori durante uma visita do secretário de Estado americano, Marco Rubio. A medida aprofunda a cooperação e fortalece os laços de segurança com Washington no início de seu mandato. Fujimori afirmou que a participação do Peru na coalizão acelerará o compartilhamento de informações e fortalecerá a ação conjunta contra grupos criminosos que operam além das fronteiras. https://www.reuters.com/world/americas/peru-join-us-anti-drug-coalition-after-rubio-visit-2026-09-10/

[7] "*Fazer parte do "Escudo das Américas" nos permitirá, como já demonstramos, obter informações mais rapidamente, agir com mais firmeza e, a partir do Peru, agiremos com todos os poderes que a lei e a Constituição nos conferem",* declarou a presidente Keiko Fujimori em coletiva de imprensa. Segundo Fujimori, temas como educação, investimento em infraestrutura e comércio também foram discutidos. Ela elogiou a "decisão política do presidente dos EUA, Donald Trump, de olhar para a América Latina", destacando a visita de Rubio ao Peru, *"porque isso demonstra o verdadeiro valor que eles estão atribuindo a essas relações bilaterais*". https://elcomercio.pe/politica/peru-se-incorpora-al-escudo-de-las-americas-de-eeuu-contra-el-crimen-organizado-transnacional-marco-rubio-donald-trump-keiko-fujimori-apuesplan-noticia/

[8] https://www.reuters.com/world/americas/lula-flavio-bolsonaro-tied-brazils-election-runoff-quaest-poll-shows-2026-09-07/

[9] A crise no Supremo Tribunal Federal se aprofundou recentemente quando o ministro André Mendonça ordenou o afastamento do chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, decisão apoiada pela maioria de um painel de cinco ministros, mas contestada pelo governo. O afastamento marca um novo capítulo em um conflito que assola o Supremo Tribunal Federal, colocando Mendonça contra seu colega Alexandre de Moraes, e ocorre em um momento em que o país se encaminha para as eleições presidenciais do próximo mês. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-court-crisis-deepens-justice-orders-federal-police-chief-suspended-2026-09-08/

SITUAÇÃO SOCIAL

Equador: Violência e Deslocamento Interno

Uma das questões sociais mais preocupantes do período é o aumento do deslocamento interno no Equador. Mais de 300 mil pessoas[10] deixaram suas casas nos últimos três anos devido a ameaças, extorsão, recrutamento forçado e violência criminal. Guayaquil emergiu como um dos principais focos, particularmente o distrito de Nueva Prosperina[11].

A estratégia de segurança do governo de Daniel Noboa não conseguiu resolver o problema. A fragmentação das organizações criminosas após a captura ou morte de alguns de seus líderes teria gerado novas disputas territoriais. Isso levou a um fenômeno particularmente grave: o deslocamento não é mais apenas uma consequência de conflitos políticos ou armados tradicionais, mas passou a estar diretamente ligado ao crime organizado.

Haiti: crise humanitária e governança fragilizada

O Haiti continua sendo o caso mais extremo de deterioração social na região. Durante o período analisado, mais de 3.050 pessoas foram assassinadas no primeiro semestre de 2026, enquanto mais de 1,47 milhão de pessoas permanecem deslocadas internamente. Cerca de 5,8 milhões enfrentam insegurança alimentar[12].

A violência sexual também aumentou: as Nações Unidas registraram mais de 1.000 vítimas em 2026. Os sequestros aumentaram 47% no segundo trimestre[13]. Soma-se a isso o retorno forçado de migrantes: quase 200.000 pessoas foram deportadas para o Haiti durante os primeiros oito meses do ano, em um contexto no qual o Estado enfrenta enormes dificuldades para garantir segurança e serviços básicos.

A possibilidade de realização de eleições em dezembro continua dependendo da garantia de um nível mínimo de segurança[14]. Dos 316 partidos inicialmente registrados, o

---

[10] Um forte aumento nos confrontos entre facções criminosas no Equador levou milhares de famílias a fugir e abandonar suas casas para as gangues, que saqueiam os imóveis para obter dinheiro com drogas ou os usam para esconder vítimas de sequestro, segundo moradores e policiais. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/violencia-das-gangues-escala-e-forca-milhares-a-deixarem-casas-no-equador/

[11] https://www.reuters.com/world/americas/gang-violence-deepens-hundreds-thousands-ecuadoreans-flee-their-homes-2026-09-08/

[12] https://www.reuters.com/world/americas/haitis-conflict-numbers-gangs-inflict-another-night-terror-2026-08-26/

[13] Desde 2021, a violência sexual e de gênero aumentou no Haiti e é usada sistematicamente para aterrorizar a população, com um impacto desproporcional sobre mulheres e meninas.

[14] O Haiti caminha para um processo eleitoral crucial para a restauração de suas instituições, após quase uma década sem eleições presidenciais. O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) finalmente definiu 13 de dezembro de 2026 como a data para o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas, com um possível segundo turno em 21 de fevereiro de 2020. O processo, contudo, desenrola-se num contexto extremamente frágil. A violência perpetrada por grupos armados é o principal obstáculo à garantia da participação eleitoral e de uma presença estatal efetiva. Nas últimas semanas, os grupos armados expandiram as suas operações de Porto Príncipe para as zonas rurais, recorrendo a raptos, bloqueios de estradas e outras formas de controlo territorial. https://www.reuters.com/world/americas/haiti-gangs-shift-operations-into-countryside-report-says-2026-09-07

processo de aliança reduziu o universo para 105 organizações políticas, incluindo partidos e grupos[15].

O Haiti representa não apenas uma crise humanitária, mas também uma profunda crise de Estado, na qual a insegurança, a insegurança alimentar, a deterioração dos serviços de saúde, o deslocamento interno e a perda de legitimidade das instituições políticas estão intimamente interligados.

Bolívia: Ajuste Econômico e Conflito Social

A Bolívia atravessa uma crise de ajustamento econômico marcada pela escassez de combustível, falta de divisas, cortes em subsídios e busca por financiamento externo. O governo de Rodrigo Paz promove reformas para estabilizar a economia, mas enfrenta crescente resistência social e política.

O aumento do preço do diesel para grandes consumidores, estabelecido pelo Decreto Supremo 5676, provocou protestos de sindicatos, trabalhadores do transporte, produtores, mineradores e comitês civis em diversas cidades. O conflito está diretamente ligado às negociações com o FMI, que incluem um programa financeiro de US$ 1,9 bilhão e a possibilidade de um adicional de US$ 5 bilhões de organizações multilaterais. Diversos setores associam os cortes em subsídios e o aumento do preço do combustível às condições de financiamento, em um país com um longo histórico de austeridade nas décadas de 1980 e 1990.[16,17,18]

O governo interveio na YPFB (a estatal boliviana de petróleo) e na Agência Nacional de Hidrocarbonetos para revisar deficiências na regulação das importações, distribuição e oferta. A dimensão política se agravou com a saída do Ministro da Economia, José Gabriel Espinoza, negociador-chave no acordo com o FMI, que evidenciou a fragilidade legislativa do Executivo.

O principal desafio reside na governabilidade do ajuste: equilibrar as contas públicas, recompor as reservas e normalizar os mercados de combustíveis e de câmbio sem exacerbar o conflito. Os protestos reúnem diversos atores — trabalhadores, transportadores, produtores, organizações da sociedade civil e setores alinhados a Evo Morales — o que pode transformar o conflito econômico em uma crise política de maior escala.

De uma perspectiva regional, a Bolívia exemplifica a tensão entre a estabilização macroeconômica e a legitimidade social. O desafio não é apenas obter financiamento externo, mas também construir um acordo político e social que distribua os custos do ajuste sem agravar a pobreza, a desigualdade e os conflitos territoriais.

Na Bolívia, o governo de Rodrigo Paz enfrenta crescente resistência ao seu programa econômico. Organizações da sociedade civil, sindicatos e líderes empresariais questionaram o

[15] https://www.haitipolicyhouse.org/haiti-election-tracker
[16] https://lapatria.bo/enfoque-nacional/denuncia/comite-multisectorial-anuncia-movilizaciones-ds/
[17] https://unitel.bo/noticias/politica/proyecto-de-ley-del-acuerdo-con-el-fmi-ingresa-a-la-asamblea-para-ratificar-un-credito-de-us-1900-millones-HG23257154
[18] https://www.reuters.com/world/americas/resistance-bolivia-imf-deal-grows-groups-meet-over-fuel-crisis-2026-09-03/

pedido do governo de aproximadamente US$ 1,9 bilhão ao FMI, principalmente em relação à sua ligação com a redução dos subsídios aos combustíveis[19].

Nesta última quinzena, protestos e bloqueios eclodiram em resposta ao aumento dos preços dos combustíveis. O governo tem tido dificuldades para explicar o alcance das medidas e a relação entre o acordo com o FMI e a política de subsídios. Essa situação revela uma tensão clássica na região: a necessidade de estabilização macroeconômica versus o impacto social imediato das políticas de ajuste.

Em termos regionais, a Bolívia apresenta um estudo de caso relevante sobre a ***tensão entre a estabilização macroeconômica e a legitimidade social***. O desafio reside não apenas na obtenção de financiamento externo, mas também na construção de um acordo político e social que permita a distribuição dos custos de ajustamento sem exacerbar conflitos, pobreza e desigualdades territoriais. A experiência boliviana demonstra, mais uma vez, que as políticas econômicas, energéticas e financeiras possuem uma dimensão social e política inseparável.

ECONOMIA E CONDIÇÕES SOCIAIS

Argentina: Crescimento das exportações e declínio industrial

A Argentina atravessa uma conjuntura econômica caracterizada por uma recuperação desigual e concentrada em determinados setores. Nesse sentido, apresenta uma situação contraditória. Por um lado, o setor de exportação agrícola mostra resultados positivos: as exportações de milho podem atingir um recorde de 10 milhões de toneladas em agosto e setembro, impulsionadas pela queda nas exportações ucranianas e pelos problemas climáticos na Europa[20].

Por outro lado, a indústria e a construção civil estão sofrendo um declínio significativo. Segundo dados citados pelo El País, a produção industrial caiu 5% em julho em comparação com o mês anterior e a construção civil recuou 4,6%, enquanto se acumula uma perda significativa de empregos e empresas no setor industrial. No dia 10 de setembro deste ano, enquanto o presidente Javier Milei comemorava em sua conta X o fato de que a "*inflação de agosto foi a terceira menor*" de seu governo, um relatório da Fundar foi divulgado afirmando que a Argentina havia perdido aproximadamente 31 mil empresas desde o início do mandato libertário, uma média de 33 por dia[21].

---

[19] https://www.reuters.com/world/americas/resistance-bolivia-imf-deal-grows-groups-meet-over-fuel-crisis-2026-09-03/

[20] As exportações de milho da Argentina devem atingir um recorde de 10 milhões de toneladas métricas em agosto e setembro, impulsionadas por uma safra abundante e pela forte demanda internacional, já que os compradores buscam alternativas aos estoques ucranianos afetados pela guerra e às safras europeias castigadas pelo calor extremo. A Argentina é o terceiro maior exportador de milho do mundo, finalizando sua safra 2025/26, estimada em 71,7 milhões de toneladas, quase 20% acima do recorde anterior, estabelecido há cinco anos, segundo dados do governo. https://www.reuters.com/world/americas/argentinas-corn-exports-set-record-war-ukraine-european-heat-wave-reshape-trade-2026-09-09/

[21] Segundo a Agência de Notícias Argentina, este relatório da SUMAR relaciona a evolução do setor empresarial a uma queda de 10% no consumo de massa, incluindo o comércio eletrônico. Além disso, houve um aumento nos custos relacionados aos serviços públicos, cujo valor subiu 249% em termos reais,

Essa situação reflete uma das principais tensões do modelo argentino: a melhora em certos setores de exportação em paralelo com as persistentes dificuldades no mercado interno, na indústria e na construção civil.

México: Inflação sob controle, mas tensões comerciais persistem.

A situação econômica do México é caracterizada por uma inflação relativamente estável, embora persistam incertezas relacionadas ao comércio exterior e ao seu relacionamento econômico com os Estados Unidos. A contenção das pressões inflacionárias é um fator positivo para a economia mexicana, especialmente após os fortes aumentos de preços observados nos últimos anos, mas não elimina as tensões decorrentes de um ambiente comercial internacional mais complexo[22].

O país continua a enfrentar o desafio de preservar sua competitividade exportadora, ao mesmo tempo em que reduz sua vulnerabilidade às decisões comerciais dos EUA[23]. Discussões sobre tarifas, regras de origem, cadeias de suprimentos e condições de acesso ao mercado norte-americano são particularmente relevantes para uma economia profundamente integrada aos Estados Unidos e ao Canadá por meio do USMCA.

Essa situação apresenta ao México um paradoxo: por um lado, o processo de nearshoring e sua integração produtiva com a América do Norte oferecem oportunidades para fortalecer as exportações, atrair investimentos e desenvolver setores industriais estratégicos; por outro lado, o uso crescente de instrumentos comerciais como tática de pressão geopolítica introduz incertezas para as empresas e as decisões de investimento.

Nesse contexto, a inflação relativamente controlada coexiste com tensões comerciais persistentes, moldando uma economia que busca consolidar sua estabilidade interna enquanto enfrenta um ambiente externo cada vez mais condicionado pela competição geoeconômica entre os Estados Unidos, a China e outros atores internacionais. Para o México, o principal desafio reside em transformar sua posição privilegiada nas cadeias produtivas norte-americanas em um processo sustentável de desenvolvimento industrial, geração de empregos e bem-estar, evitando que as tensões comerciais externas acabem afetando o mercado interno.

SAÚDE PÚBLICA

Dengue: Diminuição de níveis extraordinários, mas risco persistente.

A situação epidemiológica da dengue continua a exigir vigilância regional. A OPAS relatou aproximadamente 1,47 milhão de casos suspeitos nas Américas até a semana epidemiológica 29

---

ou seja, após o ajuste pela inflação. https://www.perfil.com/noticias/politica/mientras-milei-festejaba-la-baja-de-la-inflacion-un-informe-revelo-que-argentina-perdio-mas-de-30000-empresas-durante-este-gobierno.phtml

[22] https://www.reuters.com/world/americas/mexicos-headline-inflation-accelerates-august-core-pressures-ease-2026-09-09/

[23] México e Estados Unidos estão correndo contra o tempo para chegar a um acordo comercial bilateral antes das eleições de meio de mandato nos EUA, que acontecem em menos de oito semanas, segundo seis fontes de ambos os países familiarizadas com as negociações. Esse esforço se torna ainda mais urgente após o colapso das negociações entre o Canadá e Washington.https://www.reuters.com/business/autos-transportation/mexico-washington-sprint-toward-bilateral-trade-deal-before-us-elections-2026-09-11/

de 2026[24]. Embora a magnitude seja menor do que os níveis extraordinários observados durante 2024, a circulação dos quatro sorotipos e os efeitos das mudanças climáticas mantêm um alto risco de novos surtos. Análise dos dados da dengue por sub-região:

A ***sub-região da América Central e México*** registrou um total de 2.339 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 43% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 59% em comparação com a média dos últimos 5 anos.

Na ***sub-região do Caribe*****,** foi relatado 1 novo caso suspeito de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 60% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 59% em comparação com a média dos últimos 5 anos.

Na ***sub-região Andina***, foram relatados 6.903 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 7% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 24% em comparação com a média dos últimos 5 anos. Os casos relatados esta semana pelo Peru mostram um aumento de 51% em comparação com a média das quatro semanas epidemiológicas anteriores.

A ***sub-região do Cone Sul*** relatou 16.835 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Até esta semana, a sub-região do Cone Sul apresenta uma diminuição de 63% em comparação com o mesmo período de 2015 e uma diminuição de 68% em comparação com a média dos últimos 5 anos. A dengue deve ser abordada como um problema que envolve saúde, meio ambiente, urbanização, infraestrutura e mudanças climáticas.

Sarampo: o retorno de uma doença evitável

O ressurgimento do sarampo na América Latina e no Caribe não é apenas o retorno de uma doença infecciosa que havia sido controlada pela vacinação. É também um sinal das vulnerabilidades acumuladas nos sistemas de saúde após a pandemia, das lacunas persistentes na cobertura vacinal e das dificuldades em manter a vigilância epidemiológica e uma resposta coordenada. Nesse sentido, o sarampo serve como indicador da capacidade dos sistemas de saúde de garantir um bem público essencial: a proteção coletiva por meio da vacinação[25].

Durante esse período, a preocupação internacional com o ressurgimento do sarampo aumentou. A diminuição da cobertura vacinal após a pandemia, a sobrecarga dos sistemas de saúde e a hesitação em relação à vacinação estão contribuindo para novos surtos.

A situação do sarampo nas Américas é muito preocupante. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) considera o risco para a saúde pública regional como “muito alto” devido a surtos persistentes, à diminuição da cobertura vacinal e ao crescimento da população suscetível.

---

[24] https://www.paho.org/es/documentos/situacion-epidemiologica-dengue-americas-semana-epidemiologica-32-2026

[25] https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2026/09/04/por-que-milhoes-de-pessoas-em-todo-mundo-vao-contrair-sarampo-em-2026.ghtm

De acordo com o último relatório disponível da OPAS, publicado em 1º de setembro de 2026, entre as semanas epidemiológicas 1 e 33 — até 22 de agosto — foram registrados 51.027 casos confirmados em 17 países e territórios, 4,6 vezes mais do que no mesmo período de 2025. Houve 55 óbitos[26].

A Guatemala parece particularmente vulnerável, enquanto o México e outros países das Américas também enfrentam um aumento na circulação viral. Essa situação serve de alerta sobre a importância de restabelecer a imunização e as capacidades de vigilância epidemiológica

O ressurgimento do sarampo deve ser interpretado como um sinal de alerta quanto à resiliência dos sistemas de saúde da América Latina. Uma doença que pode ser prevenida com uma vacina segura e eficaz ressurge quando a cobertura vacinal diminui, a capacidade de vigilância enfraquece e certos grupos ficam sem acesso aos serviços de saúde. O desafio, portanto, reside não apenas no controle dos surtos atuais, mas também na restauração de uma política regional de imunização capaz de garantir que nenhuma população seja excluída da proteção coletiva.

Cuba: Crise energética transformada em crise de saúde

A situação em Cuba é talvez o exemplo mais claro da interdependência entre energia, infraestrutura, alimentação e saúde. Um alerta de saúde emitido pela Embaixada dos EUA em Havana observou um aumento significativo de doenças diarreicas ligadas à deterioração dos sistemas de água e energia[27].

Os cortes de energia prolongados afetam a conservação de alimentos, o abastecimento de água e a higiene. As Nações Unidas já haviam alertado anteriormente para o crescente risco de surtos de doenças[28].

A crise também afeta a educação: Cuba começou o novo ano letivo com dificuldades para fornecer professores, transporte, eletricidade e uniformes. A situação cubana confirma uma questão central para a saúde global: a proteção da saúde depende cada vez mais de políticas que vão muito além do setor da saúde[29].

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES HEMISFÉRICAS

Durante esse período de duas semanas, uma clara repolitização da relação entre os Estados Unidos e a América Latina tornou-se evidente. Washington está combinando

[26] https://www.paho.org/es/documentos/informe-situacion-10-sarampion-region-americas-1-septiembre-2026

[27] https://www.reuters.com/legal/government/us-embassy-issues-health-alert-cuba-amid-oil-blockade-sanctions-2026-09-05

[28] A situação humanitária em Cuba está se tornando cada vez mais crítica devido à prolongada escassez de combustível, aos cortes de energia e às pressões econômicas que afetam o acesso a cuidados de saúde, alimentos, água e outros serviços essenciais, alertaram nesta sexta-feira altos funcionários das Nações Unidas após uma missão ao país. Essa situação já havia sido destacada pelas Nações Unidas em maio: https://congresodiario.com/onu-alerta-apagones-cuba-crisis-sanitaria/

[29] Cuba iniciará o ano letivo nas próximas semanas em meio a uma grave crise que afetou os transportes e o fornecimento de energia elétrica, além de ter levado à redução do número de professores e à escassez de materiais como uniformes. Quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes terão que retornar às aulas no início de setembro, segundo o ministro da Educação da ilha. https://www.reuters.com/world/americas/cuba-readies-kick-off-school-year-despite-scant-supplies-2026-08-27

cooperação militar e de combate ao narcotráfico, pressão sobre governos considerados adversários, acordos comerciais, política de imigração, sanções econômicas, competição estratégica com a China e o uso de instrumentos financeiros. Isso pode gerar uma nova divisão regional entre países mais próximos de Washington e governos que buscam manter maior autonomia estratégica.

Uma declaração do Secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, é particularmente significativa: ele reconheceu explicitamente o uso do poder financeiro dos EUA como instrumento de política externa, citando a Argentina como um exemplo primordial[30].

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos buscam consolidar uma rede de governos aliados na Colômbia, Equador e Peru. Isso pode criar uma divisão regional entre países mais próximos de Washington e governos que buscam manter maior autonomia estratégica.

Argentina e Chile: integração da mineração

A Argentina e o Chile avançaram na revitalização de sua cooperação no setor de mineração por meio de protocolos para projetos binacionais e uso compartilhado de infraestrutura. A iniciativa demonstra um potencial de integração regional baseado não apenas no comércio, mas também em cadeias produtivas, infraestrutura e recursos estratégicos para a transição energética.

As autoridades estimam que os projetos binacionais poderão mobilizar mais de US$ 20,7 bilhões e aumentar substancialmente a produção de cobre[31].

A iniciativa demonstra um potencial de integração regional baseado não apenas no comércio, mas também em cadeias produtivas, infraestrutura e recursos estratégicos para a transição energética[32].

Malvinas/Falklands: recuperação da agenda de soberania argentina

A Argentina colocou mais uma vez a questão das Ilhas Malvinas no centro de sua política externa. O governo de Javier Milei anunciou sanções contra empresas envolvidas em atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos nas ilhas e apresentou uma queixa-crime contra a Navitas Petróleo e seus executivos.

A questão ganha uma dimensão adicional devido ao potencial petrolífero da região e à posição que os Estados Unidos podem adotar em relação à disputa. Trata-se, portanto, de uma convergência de soberania territorial, recursos naturais, energia e geopolítica.

Javier Milei deu uma guinada inesperada em relação às Ilhas Malvinas, abandonando sua antiga admiração por Margaret Thatcher e sua defesa do direito dos ilhéus à autodeterminação. A mudança ocorreu depois que Donald Trump insinuou que os Estados

---

[30] O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bensent, defendeu na terça-feira o uso do poder financeiro como ferramenta de política externa para promover os interesses dos aliados dos EUA, inclusive em situações financeiras e políticas no exterior.bhttps://www.reuters.com/world/us-treasury-chief-bessent-backs-using-us-financial-power-foreign-policy-tool-2026-09-09

[31] https://www.reuters.com/world/americas/argentina-chile-revive-cross-border-mining-framework-investment-2026-08-27

[32] https://www.larepublica.co/globoeconomia/kast-y-milei-apuestan-por-la-integracion-y-argentina-reconoce-soberania-chilena-en-las-malvinas-4474659

Unidos poderiam reconsiderar seu apoio à posição britânica, o que Milei aproveitou para relançar uma agenda de "defesa da soberania" que seu governo havia ignorado por quase três anos[33].

O presidente argentino anunciou medidas para endurecer as sanções contra empresas que exploram hidrocarbonetos nas ilhas — como a Navitas Petroleum e a Rockhopper Exploration — usando ferramentas legais existentes, como a Lei 26.659, implementada por administrações anteriores. Ele também prometeu construir uma Base Naval Integrada na Terra do Fogo e criar um Conselho de Segurança Nacional para coordenar uma estratégia estatal sobre o assunto.

O megaprojeto petrolífero Sea Lion, operado pela Navitas e pela Rockhopper, está prosseguindo sem autorização argentina e sem que o governo tenha tomado qualquer medida para impedi-lo. Veteranos e ambientalistas recorreram aos tribunais para exigir sua suspensão, observando que a Argentina já possui instrumentos legais para sancionar as empresas envolvidas.

A mudança de Milei para uma retórica "Malvinas" é mais uma resposta à situação política e à pressão externa de Trump do que a uma estratégia sustentada de defesa da soberania, após anos de desmalvinização e reveses diplomáticos.

Apesar da crescente instabilidade socioeconômica nacional e da reorganização da agenda regional, descrevemos ações de continuidade das organizações de cooperação regional em diferentes setores da saúde e do meio ambiente. A seguir, serão descritas as principais ações do Organismo Andino de Saúde, do Convênio Hipólito Unanue, do Conselho de Ministros de Saúde da América Central do SICA e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de agendas com representante do Parlamento Andino[34]

"Os desafios sanitários que nossos países enfrentam transcendem fronteiras. Fortalecer o diálogo entre as instituições de saúde e os espaços parlamentares é fundamental para avançar para uma integração sanitária que se traduza em melhores políticas públicas, maior equidade e uma proteção efetiva do direito à saúde." Essa foi a mensagem do secretário executivo do ORAS-Conhu, Fernando Araos, em sua agenda com o secretário-geral do Parlamento Andino, Eduardo Mazón.

A visita teve como objetivo discutir os principais desafios sanitários da região andina e meios de avançar na articulação dos trabalhos técnico-sanitários com as posições parlamentares para proteção e garantia do direito à saúde. Os tópicos de discussão foram: a harmonização

[33] Essa mudança ocorre em meio à queda nos índices de aprovação, tensões políticas e ao reconhecimento público de que seu programa econômico "não funcionou". Milei apelou à "unidade nacional", uma tática que lembra a ditadura de Galtieri, que também buscou apoio dos Estados Unidos durante a guerra de 1982. Anteriormente, Milei enfraqueceu a reivindicação da Argentina: elogiou Thatcher, defendeu o direito dos habitantes das ilhas à autodeterminação, votou em organizações internacionais contra os aliados históricos da Argentina e legitimou o acordo Foradori-Duncan, que facilitou as atividades econômicas britânicas nas ilhas. https://www.pagina12.com.ar/2026/09/04/milei-paso-de-kelper-a-malvinero-gracias-a-trump/

[34] https://orasconhu.org/es/avanza-la-alianza-entre-el-oras-conhu-y-el-parlamento-andino-para-fortalecer-la-salud-regional

legislativa em matéria de saúde, compartilhamento de informações para fortalecer propostas regionais e meios de aprofundar a cooperação entre o Organismo e o Parlamento.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar[35,36,37]

O secretário executivo do COMISCA, José de León Cárceres, reuniu-se com a secretária-geral do SICA, Lina Eugenia Rojas, para compartilhar a agenda regional em matéria de saúde e outros temas relacionados ao bem-estar da população da região do SICA. Na oportunidade, Rojas destacou a importância de fortalecer a articulação com a institucionalidade do Sistema para fortalecer a integração regional e a construção de soluções compartilhadas.

A SE-COMISCA, em coordenação com a Secretaria Executiva do Conselho Agropecuário Centro-Americano (SE-CAC) e a Secretaria Executiva da Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento (SE-CCAD), realizou a oficina regional de governança, programas e iniciativas de segurança sanitária sob o foco de Uma Só Saúde e Prioridades SICA 2026-2030.

A oficina teve como objetivo implementar a estratégia Uma Só Saúde do SICA 2026-2030. Durante o encontro, representantes da SECOMISCA apresentaram programas e iniciativas focados no fortalecimento de capacidades no contexto de uma só saúde. Na parte de Ambiente e Desenvolvimento, representantes da SE-CCAD compartilharam a proposta do Mecanismo de Governança regional intersetorial e seus canais de coordenação. Além de especialistas do setor de saúde dos países membros, participaram também representantes internacionais do CDC dos Estados Unidos e do Organismo Internacional Regional de Saúde Agropecuária.

Por fim, representantes do SE-COMISCA acompanharam a Oficina Nacional de Socialização das Guias Metodológicas e Intercâmbio de Experiências para o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em territórios priorizados da Estratégia Centro-americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT) que se realizou em San Salvador. A iniciativa busca responder ao alto percentual de insegurança alimentar moderada ou grave que a região enfrenta, sendo que mulheres, povos indígenas e jovens rurais são os grupos mais vulneráveis.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero[38,39]

A OTCA promoveu a Mesa Conjunta de Interoperabilidade do Grupo Regional de Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água nos dias 24 e 26 em Brasília, que reuniu representantes técnicos e diplomáticos dos oito países membros e teve como objetivo

---

35 https://www.sica.int/noticias/secretaria-general-conoce-avances-de-la-agenda-regional-de-salud_1_139357.html

36 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-impulsa-el-inicio-de-las-jornadas-regionales-para-consolidar-la-gobernanza-de-la-estrategia-una-sola-salud-sica-2026-2030_1_139432.html

37 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-el-taller-nacional-de-socializacion-de-las-guias-metodologicas-e-intercambio-de-experiencias-para-el-fortalecimiento-de-la-seguridad-alimentaria-y-nutricional_1_139463.html

38 https://otca.org/pt/paises-amazonicos-alcancam-marco-inedito-na-integracao-de-dados-sobre-quantidade-e-qualidade-da-agua/

39 https://otca.org/pt/otca-avanca-na-institucionalizacao-da-perspectiva-de-genero/

consolidar, através de uma instância técnica regional, a interoperabilidade das bases de dados de qualidade da água dos países membros com o Observatório Regional Amazônico (ORA).

Esse movimento é inédito para a Organização e para alguns países participantes e acontecerá de forma processual para garantir a integração de dados tanto de quantidade quanto de qualidade da água e, como consequência, transformar dados nacionais em indicadores, análises, modelos, cenários e produtos para compreender os recursos hídricos da Amazônia.

O processo é conduzido pelos países-membros por meio do Projeto Bacia Amazônica — Implementação do PAE e é resultado de diálogos políticos e técnicos, diagnósticos institucionais, reuniões bilaterais, mesas técnicas, instrumentos conjuntos e experiências-piloto. No evento, Carlos Salinas, coordenador de Meio Ambiente da OTCA, reforçou que o compartilhamento de informações não resulta na perda de soberania, mas que, se acordado sob as condições específicas para gerar valores comuns, respeitando as normas e competências nacionais, contribuirá para o avanço da cooperação regional.

Além da cooperação em água, a Secretaria Permanente da OTCA realizou a primeira jornada de capacitação interna sobre gênero. Os tópicos discutidos na reunião giraram em torno da igualdade de gênero, diversidade e interseccionalidade e sua aplicação no ambiente institucional. Essa reunião faz parte dos trabalhos para a elaboração da Política Institucional de Gênero, preconizada pela Declaração de Belém 2023 e reafirmada na XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da OTCA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quinzena confirma a tendência de transformação no cenário latino-americano: segurança, geopolítica e economia permeiam cada vez mais as agendas sociais e de saúde. A região enfrenta simultaneamente polarização política, violência criminal, pressão econômica, fragmentação regional e vulnerabilidade sanitária.

Os casos de Cuba, Haiti, Equador e a persistência da dengue demonstram que água, energia, alimentos, migração, segurança, mudanças climáticas, comércio e saúde fazem parte do mesmo sistema de risco.

Do ponto de vista da diplomacia em saúde, esse período reforça a necessidade de reconstruir as capacidades de cooperação regional. A questão estratégica para a América Latina e o Caribe não é apenas como responder individualmente a essas crises, mas também como reconstruir mecanismos regionais capazes de gerar respostas coletivas em saúde, segurança humana, mudanças climáticas, medicamentos, emergências e proteção social.